

Este livro de **Luiz Felipe Bruzzi Curi** foi vencedor da 2.^a edição do
PRÊMIO DISSERTAÇÃO E TESE
promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História
Econômica (ABPHE), em 2018, na categoria “Tese”,
defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica
da Universidade de São Paulo.

Em parceria com a Editora HUCITEC, temos a honra de apoiar a sua
publicação, que versa sobre o pensamento econômico alemão no Brasil
(1889-1945) e nos permite ter outros enfoques da história do pensa-
mento econômico brasileiro no século XX.

Nesse sentido, a ABPHE cumpre com a sua missão de promover
e difundir o conhecimento em torno da história econômica e trazer luz
para melhor compreendermos o nosso passado.

— ALCIDES GOULARTI FILHO
Presidente da ABPHE 2019-2021



ABPHE

Diretoria 2017-2019

Luiz Fernando Saraiva (UFF)
Presidente

Alcides Goularti Filho (UNESC)
Vice-Presidente

Rita de Cássia da Silva Almico (UFF)
1.ª Secretária

Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)
2.º Secretário

Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima (UFRJ)
1.º Tesoureiro

Talita Alves de Messias (Unisinos)
2.ª Tesoureira

Conselho de Representantes

Região Centro-Oeste

1º Titular – Teresa Cristina de Novaes Marques | 2º Titular – Déborah Oliveira Martins dos Reis

Região Nordeste

1º Titular – Luiz Eduardo Simões de Souza | 2º Titular – Idelma Aparecida Ferreira Novais

Região Sudeste

1º. Titular – Rogério Naques Faleiros | 2º. Titular – Wolfgang Lenk
Suplente – Daniel do Val Cosentino

Região São Paulo

1º. Titular – Maximiliano Mac Menz | 2º. Titular – Cláudia Alessandra Tessari
Suplente – Renato Leite Marcondes

Região Sul

1º. Titular – Ivan Salomão | 2º. Titular – Fábio Pesavento
Suplente – Liara Darabas Ronçani

Comissão Científica Pêmo ABPHE de Tese e Dissertação (2017-2018)

Fernando C. G. de Cerqueira Lima
Rogério Naques Faleiros
Teresa Cristina de Novaes Marques

***NATIONALÖKONOMIE* NOS TRÓPICOS**
pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)

Luiz Felipe Bruzzi Curi

NATIONALÖKONOMIE NOS TRÓPICOS
pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)

HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2021

© Direitos autorais, 2021,
de Luiz Felipe Bruzzi Curi
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7772)
www.huciteceditora.com.br
lerereleer@huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: MARIANA NADA
Produção editorial: KÁTIA REIS
Assessoria editorial: MARIANA TERRA
Circulação: ELVIO TEZZA

A utilização da imagem da obra *Abstrato*
(1939) de Candido Portinari foi autorizada graciosamente por
João Candido Portinari, titular dos direitos de autor do artista.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C985n

Curi, Luiz Felipe Bruzzi
Nationalökonomie nos trópicos : pensamento econômico alemão no Brasil
(1889-1945) / Luiz Felipe Bruzzi Curi. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2021.
366 p. ; 23 cm.

Inclui índice
ISBN 978-65-86039-53-5

1. Economia - Historia - Brasil. 2. Alemanha - Política econômica. 3. Brasil -
Política econômica. 4. Desenvolvimento econômico - Brasil. I. Título.

21-72730

CDD: 330.0981

CDU: 330:94(81)"1889/1945"

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

*Para meus pais, Thereza Christina e Antônio Celso
Für Erich Siebert (in memoriam)*

SUMÁRIO

9 **Apresentação e agradecimentos**

13 **Prefácio**

17 **Introdução**

Primeira parte – Teoria e historiografia

25 Capítulo 1 – História do pensamento econômico: questões teórico-metodológicas

48 Capítulo 2 – Difusão internacional das ideias econômicas: um campo de pesquisa histórica

Segunda parte – Ideias econômicas na Alemanha

75 Capítulo 3 – A formação da economia política na Alemanha oitocentista

105 Capítulo 4 – Historicismo e socialismo de Estado

144 Capítulo 5 – Algumas trajetórias pessoais

Terceira parte – As ideias chegam ao Brasil

193 Capítulo 6 – Rui Barbosa e as influências alemãs

229 Capítulo 7 – Industrialismo na transição republicana: agenda listiana, moeda e finanças públicas

266	Capítulo 8 – Francisco Simch: um “economista prático” germanófilo no Sul do Brasil
307	Capítulo 9 – Roberto Simonsen: <i>Volkswirtschaft</i> , protecionismo e planejamento
339	Conclusão
347	Referências

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi resultado do meu doutorado em história econômica, realizado na Universidade de São Paulo, entre o início de 2014 e o final de 2017, com bolsa CNPq durante os doze meses iniciais e bolsa CAPES/FAPESP (projeto 2014/23505-3), na modalidade Doutorado, durante a maior parte do período de pesquisa. Durante doze meses, entre o final de 2016 e o início de 2017, realizei o Estágio de Pesquisa no Exterior, pela FAPESP (projeto 2015/18901-0), na Universität Hohenheim, em Stuttgart, Alemanha. Registro aqui meu agradecimento a essas agências públicas de fomento, em especial à FAPESP, que possibilitou a realização dessa pesquisa que, sediada na Universidade de São Paulo, me levou a consultar arquivos no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e na Alemanha. O período sanduíche em Stuttgart foi fundamental para que a tese trouxesse uma contribuição que abarcasse de fato os dois “lados” do processo de disseminação internacional de ideias que se queria examinar.

A história desse projeto de estudar as influências do pensamento econômico germânico no Brasil teve início em minha pesquisa de mestrado, no âmbito da qual pude identificar assimilações dessas linhagens alemãs nas elaborações de Roberto Simonsen, nos anos 1930 e 1940. Algumas sugestões da historiografia apontavam para apropriações germânicas, por exemplo, em Rui Barbosa. Constatada essa sintonia em Rui, surgiu o projeto de efetivamente analisar essas influências, entre o início da República e o período Vargas, a partir de um entendimento mais profundo do que foi o pensamento econômico alemão no “longo século XIX”. Nessa empreitada de quatro anos, contei com a efetiva colaboração, direta e indireta, de muitas pessoas, a quem me cabe agora

agradecer. Como é de praxe, lembro que as eventuais incorreções e imprecisões presentes neste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Gostaria de registrar um agradecimento especial ao Alexandre Saes, pela parceria, amizade e paciência de seis anos. Para além da orientação acadêmica, competente e generosa, foi fundamental para minha formação poder crescer, intelectual e pessoalmente, no ambiente de pesquisa liderado pelo Xixo na FEA/USP. A liberdade de pensamento e o espírito de companheirismo, reinantes nesse grupo de estudos, animaram-me diante dos vários desafios que surgiram ao longo desses quatro anos. Estendo, portanto, meu agradecimento aos colegas do “Brancaleone”, por discutirem comigo pontos importantes da tese e me permitirem compartilhar inquietações e curiosidades.

A realização desse projeto “teuto-brasileiro” não teria sido possível sem o incentivo e apoio do Alexandre Cunha, que, desde a graduação na FACE/UFMG, tem sido uma referência fundamental em minha trajetória acadêmica entre a economia e a história. Agradeço ao Alexandre a colaboração intelectual, bem como as várias oportunidades de compartilhar ideias e cultivar a amizade. Na Alemanha, contei com a supervisão do Harald Hagemann, que gentilmente me acolheu em Stuttgart/Hohenheim e teve a generosidade de compartilhar comigo seu espaço de trabalho e sua enorme erudição em história do pensamento econômico. No exame de qualificação, tive o prazer de contar com a leitura cuidadosa e segura da Ana Maria Bianchi e do Thiago Gambi, cujas observações foram de grande valia no processo de finalização da pesquisa e escrita da tese. Em cursos de pós-graduação, congressos, escolas de verão e seminários, beneficiei-me de comentários, indicações bibliográficas, conselhos e palavras de apoio. A Flávio Saes, Mauricio Coutinho, Carlos Suprinyak, Rebeca Gomez, José Luís Cardoso, Joseph Love, Keith Tribe, Ivan Salomão, Patricio Tierno, André Roncaglia, Guilherme Grandi e Hugo Cerqueira, deixo aqui um muito obrigado, pela atenção e generosidade.

Nesses quatro anos, minha trajetória cruzou com a de vários amigos e amigas, que de alguma maneira contribuíram para a feitura deste trabalho. Durante o dia a dia do doutorado, foi fundamental a companhia do Pedro Hoepfer, cuja verve loquaz animou minhas tardes de trabalho e me fez pensar e repensar vários assuntos. Contei, em diversos momentos, com o indispensável apoio – moral, intelectual, habitacional, místico, etc. – do Victor Bertocchi, companheiro de tantas horas e lugares diferentes. O André Diniz (o Tenn) continuou sendo um ponto de referência essencial, como amigo e pesquisador: sempre disposto a escutar, dialogar e entender meus pontos de vista. A Camilinha trouxe sua alegria irrequieta para próximo de mim nesses últimos anos, tornando a vida na metrópole paulistana mais cheia e divertida. A Bela não desistiu dos encontros, mesmo que a “Galosampa” não tenha sido mais um motivo viável. O Danilo Barolo me incentivou a mais uma empreitada acadêmica que, a partir das pesquisas individuais, resultou em algo novo: oxalá venham outras. O Gian, com

seu jeito irreverente de pensar, continuou me intrigando (e me divertindo). O Victor Bluhu me instigou, com seu humor ácido, a não levar tão a sério a pesquisa e suas complicações. O Ian Almeida e o Thiago Oliveira, antídotos contra os excessos de sisudez do mundo acadêmico, foram interlocutores e companheiros agradáveis em eventos vários. O Bruno Betat me ajudou com suas excelentes revisões do inglês – e me divertiu com sua ironia. O Vadim, a Annarita, a Martyna e o Paul formaram o grupo multinacional que me acolheu em Stuttgart/Hohenheim, fazendo da minha estadia uma época leve e divertida, que passou, mas deixou boas lembranças. A Paula, minha prima e amiga, continuou a me contagiar com sua sensibilidade afetuosa e perspicaz, mesmo “*de loin*”. O Dart, o Lucão, o Bernardo Salles, o Daniel Rennó, o Bruno Santos – me visitaram, me receberam, me acolheram e compartilharam comigo momentos que tornaram esses anos de doutorado bem mais interessantes.

Devo aqui um reconhecimento às instituições que me permitiram realizar esse trabalho. À Universidade de São Paulo, como um todo, sou grato pelas muitas oportunidades oferecidas: dos serviços estudantis às disciplinas ofertadas em diversas unidades. Ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH, que me proporcionou o vínculo institucional indispensável à condução da pesquisa, agradeço a acolhida desde o mestrado e desejo que os próximos anos tragam uma necessária e benfazeja renovação. Na Alemanha, agradeço à Cadeira de Teoria Econômica (*Lehrstuhl für Wirtschaftstheorie*), do Instituto de Economia da Universität Hohenheim, o espaço cedido, bem como o apoio logístico e institucional. Registro meu muito obrigado aos funcionários e funcionárias das bibliotecas e arquivos que consultei: Biblioteca da FEA/USP; Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro); CPDOC (Rio de Janeiro); Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre); Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS – Seção de Obras Raras (Porto Alegre); Württembergische Landesbibliothek (Stuttgart, Alemanha); Wirtschaftsarchiv Baden-Württemberg (Stuttgart, Alemanha); Bereichsbibliothek Universität Hohenheim (Stuttgart/Hohenheim, Alemanha).

Agradeço ainda aos meus pais, a quem dedico este trabalho, por estarem sempre prontos a me compreender e por apoiarem minhas escolhas profissionais e pessoais, das quais este livro é um resultado. À minha irmã, cunhado e sobrinhos, sou grato pelo incentivo constante. Ao Erich Siebert, saudoso amigo e companheiro de inolvidáveis passeios por Berlim, por ter me mostrado, com afeto, como “a história” pode morar em cada esquina. À Katrin e ao Stefan, minha “família emprestada” na Alemanha desde o primeiro intercâmbio, por fazerem com que eu me sentisse em casa, mesmo tão longe do meu país. Por fim, agradeço ao Takuji, por ter aparecido na minha vida e por me fazer feliz, com seu jeito carinhoso de ser.

PREFÁCIO

Uma das características da evolução dos estudos no campo da Economia no século XX foi a tendência de sua crescente universalização. A vitória de um tipo de ciência econômica instrumentalizada e formalizada, a partir da chamada síntese neoclássica, levou o campo da economia à mais universal dimensão do conhecimento, tornando a expressão “ideias econômicas nacionais” algo quase *nonsense* nos dias de hoje. Se não inexistente, certamente tornou-se algo extremamente raro, no século XXI, ouvir falar sobre a difusão de ideias econômicas de alguma nação ou localidade específica. Existiria um pensamento econômico alemão das últimas décadas? Ou seria razoável pensar no desenvolvimento de uma corrente teórica japonesa em economia? E, afinal, por que não se cogita identificar a obra de Thomas Piketty como uma contribuição da escola econômica francesa?

Se os elementos universais da teoria econômica contemporânea passaram a dominar a difusão do conhecimento na área – para muitos, afirmando a conquista de sua objetividade científica –, há um século certamente essa não era a dinâmica dominante. As diferentes trajetórias nacionais e os impasses das formações socioeconômicas de cada nação acabaram legando contribuições intelectuais que assumiram, por vezes, expressões de caráter regional. A questão monetária do século XIX, por exemplo, ainda que ampla o suficiente para ter contribuições das mais diversas nacionalidades, dificilmente pode ser compreendida sem se observar o debate britânico entre *currency* e *banking schools*. E, mesmo em meados do século XX, ainda houve espaço para respostas às teorias econômicas supostamente universais: dificilmente a expressão de uma tendência à deterioração dos termos de intercâmbio não nos levaria ao

reconhecimento das contribuições da teoria da CEPAL e das reflexões latino-americanas sobre a economia internacional.

Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945), de Luiz Felipe Bruzzi Curi, é um excelente trabalho que revela como, em um período no qual as distâncias geográficas e as fronteiras nacionais exerciam papéis mais determinantes, a difusão do pensamento econômico de uma nação acabou por cumprir um relevante papel de informar os debates econômicos de outra nação. O trabalho foi originalmente defendido como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação de História Econômica da FFLCH/USP e premiado como melhor tese no biênio 2016-2018 pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – ABPHE. A premiação coroou uma pesquisa sólida, tanto por suas contribuições teóricas e historiográficas, como também por uma bastante original investigação em fontes primárias, que sustenta um trabalho preocupado em problematizar a dinâmica da formação do conhecimento econômico na periferia.

O estudo de Luiz Bruzzi sobre a difusão de ideias econômicas germânicas no Brasil explorou um capítulo significativamente relevante, não obstante pouco lembrado pela literatura. A historiografia brasileira sobre o século XIX dedicou parte expressiva de seus estudos sobre a difusão das ideias econômicas ao confronto das perspectivas de personagens nacionais com as teses da economia política clássica, de matriz sobretudo britânica. Afinal, a Grã-Bretanha deveria assumir um peso central nas análises dedicadas ao oitocentos, não somente pela centralidade dos economistas britânicos no seio da moderna economia política, como também pela profunda ligação econômica entre as duas nações. Porém, ao olhar para outra tradição nacional de pensamento econômico, a germânica, Luiz Bruzzi demonstrou como os aspectos históricos e materiais presentes na formação daquela nação ao longo do século XIX resultaram em formas distintas de compreender e analisar os fenômenos econômicos. A *Nationalökonomie*, tendo proximidade com temas da administração pública e uma preocupação de pensar a economia por meio da nação, ainda que não necessariamente tenha surgido no intuito de se opor aos preceitos liberais da economia política clássica, certamente abriu portas para escolas como o historicismo e para armar interpretações contrárias às perspectivas econômicas hegemônicas difundidas internacionalmente.

Nesse sentido, o que o autor oferece aos leitores é um passo adiante da conhecida assimilação do pensamento germânico no país entre os séculos XIX e XX, isto é, de como as teses de Friedrich List sobre a necessidade de instrumentos de proteção para o estabelecimento de uma indústria nascente, estiveram presentes nas penas de industriais da Primeira República. Estudando Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti, Vieira Souto, Serzedelo Correia, Francisco Simch e Roberto Simonsen, Luiz Bruzzi mostra como os autores germânicos estiveram inseridos nas análises de intelectuais brasileiros, recuperados para respaldar

discussões mais diversas que somente aquela sobre o desenvolvimento industrial. Para o autor, portanto, a apropriação das ideias econômicas germânicas por parte desses personagens foi não somente bastante desigual no que diz respeito aos temas abordados como também na intensidade de sua assimilação.

Essa presença alemã entre os autores brasileiros ocorreu, por exemplo, por meio de referências pontuais dentro de um conjunto mais amplo de influências internacionais. Serzedelo Correia e Roberto Simonsen, personagens preocupados em defender o crescimento da indústria nacional, valeram-se de List e de sua eficaz armadura argumentativa para defender políticas protecionistas e de fomento à indústria nacional. Já em Rui Barbosa, autor de invejável erudição, o pensamento alemão foi manejado ao sabor do argumento e dos temas em debate, mediado com outras referências de autores ingleses, americanos, franceses, entre outros. Roberto Simonsen, décadas depois, mobilizou não somente o discurso de proteção da indústria nascente, mas também a argumentação sobre planejamento econômico, baseada nas ideias de seu contemporâneo tuto-americano Carl Landauer. Por outro lado, para Francisco Simch e Amaro Cavalcanti as ideias econômicas germânicas foram verdadeiramente alicerces teórico-metodológicos. O pensamento econômico alemão foi norteador do curso de economia política de Francisco Simch – sistematizado em sua obra *Programa de economia social* – e da concepção de finanças públicas apropriada por Amaro Cavalcanti em seu livro sobre as finanças do Estado nacional – a *Finanzwissenschaft*.

As evidências apresentadas por Luiz Bruzzi para essa dispersa coloração das formas de assimilação, aprofundando nesse sentido o conhecimento sobre a presença do pensamento econômico alemão no Brasil, deve-se ao mérito do pesquisador em fazer o cruzamento de sua pesquisa de fontes primárias com um acurado conhecimento do ambiente intelectual germânico oitocentista. Tendo passado um ano na Universität Hohenheim, em Stuttgart, sob a supervisão do professor Harald Hagemann, o autor conseguiu estabelecer um mapeamento bastante didático e completo sobre a constituição da economia e do pensamento econômico alemão nesse contexto. Assim, outra contribuição bastante original desta obra, apresentada na Parte II do livro, é a construção dessa síntese do ambiente intelectual e acadêmico em que se desenvolveu o pensamento econômico alemão oitocentista.

As particularidades da estrutura acadêmica germânica no ensino de economia ilustravam uma peculiar forma de compreender a realidade de um país em formação nacional no século XIX. A teoria econômica, como economia política, dizia respeito a uma dimensão que deveria ser confrontada com outros andares do conhecimento, isto é, com aspectos práticos da ciência do Estado e da fiscalidade. Em suma, uma escola de economia que se apresentou ao debate internacional a partir de formulações teóricas bastantes originais, e que foi muito influente internacionalmente até o período do entreguerras. Assim, Luiz

Bruzzi reconstruiu esse ambiente intelectual germânico, dando destaque especial a alguns autores, tais como Friedrich List, Adolph Wagner e Carl Landauer, presentes como relevantes referências nas assimilações brasileiras.

Nationalökonomie nos trópicos, portanto, ainda que tenha se dedicado à difusão das ideias econômicas germânicas da transição do século XIX ao XX e à sua assimilação no Brasil até 1945, nos coloca uma necessária reflexão: até que ponto as experiências históricas nacionais, com suas especificidades e seu caráter “não universal”, não podem, ou devem, ser auscultadas como instrumentos de análise econômica ainda hoje, no século XXI?

— Alexandre Macchione Saes
São Paulo, 6 de abril de 2019.

INTRODUÇÃO

Os demais retratos eram de compositores clássicos, Cimarosa, Mozart, Beethoven, Gluck, Bach, Schumann, e ainda uns três, alguns gravados, outros litografados, todos mal encaixilhados e de diferente tamanho, mas postos ali como santos de uma igreja. O piano era o altar; o evangelho da noite lá estava aberto: era uma sonata de Beethoven. [...]

Às vezes, como que ia surgir das profundezas do inconsciente uma aurora de ideia; ele corria ao piano, para aventá-la inteira, traduzi-la em sons, mas era em vão; a ideia esvaía-se. Outras vezes, sentado ao piano, deixava os dedos correrem, à aventura, a ver se as fantasias brotavam deles, como dos de Mozart; mas nada, nada, a inspiração não vinha, a imaginação deixava-se estar dormindo. Se acaso uma ideia aparecia, definida e bela, era eco apenas de alguma peça alheia, que a memória repetia, e que ele supunha inventar. [...]

Correu à sala dos retratos, abriu o piano, sentou-se e espalmou as mãos no teclado. Começou a tocar alguma coisa própria, uma inspiração real e pronta, uma polca, uma polca buliçosa, como dizem os anúncios. Nenhuma repulsa da parte do compositor; os dedos iam arrancando as notas, ligando-as, meneando-as; dir-se-ia que a musa compunha e bailava a um tempo. Pestana esquecera as discípulas, esquecera o preto, que o esperava com a bengala e o guarda-chuva, esquecera até os retratos que pendiam gravemente da parede. [...]

Trechos selecionados de “O homem célebre”, conto de Machado de Assis publicado na coletânea *Várias histórias*, de 1896.

Publicado em 1896, o conto “O homem célebre”, de Machado de Assis, é um bom ponto de partida para um trabalho que reflete sobre as apropriações brasileiras de ideias alemãs. Com exceção de Cimarosa, todos os compositores arrolados pelo narrador são de origem germânica, se se tem em conta que a Áustria de Mozart e Gluck era parte da “Europa central” de língua alemã. É significativo que uma sonata de Beethoven fornecesse o “evangelho noturno” de Pestana, o frustrado músico erudito – e exímio compositor de “polcas buliçosas” – do Rio de Janeiro do Segundo Reinado. A imagem fornecida por Machado ilustra parte da história narrada aqui: a vontade de produzir, nos trópicos, algo que refletisse esses doutos modelos teutônicos acabou gerando uma “música” distinta. Vale lembrar que a polca também foi um ritmo popular “importado”, oriundo da região da Boêmia, no Leste Europeu dominado pelos Habsburgo: nesse estilo musical, o protagonista Pestana se sentia à vontade para compor. O que se quer enfatizar aqui é essa tensão, muito bem captada por Machado, entre os modelos externos europeus, sobretudo aqueles cercados de uma aura de legitimidade e autoridade intelectual, e os processos de criação intelectual levados a cabo do lado de cá do Atlântico.

Esse “espírito de Pestana”, não seria exagero dizer, ronda a economia política produzida no Brasil desde que esse discurso ganhou condições de possibilidade na Europa e para cá se disseminou. Entre os retratos sobre o piano – ou entre os volumes na biblioteca – figuraram os mentores britânicos, franceses, alemães, italianos. Desde o início do século XIX, com José da Silva Lisboa e sua adesão “incondicional” ao credo de Adam Smith, têm os intelectuais brasileiros se entregado à criação de discursos adaptados aos ouvidos locais. Nesse ato de produção de novas ideias, é comum esquecerem, como Pestana, o “preto, que o esperava com uma bengala” e mesmo os modelos “inspiradores” – no caso, os retratos que pendiam da parede. Numa palavra, cria-se algo a partir da interação com o estrangeiro, que, de tão local, é às vezes capaz de esquecer certas mazelas que estão ali, bastante próximas ao contexto de criação das novas ideias. Isso não significa que esses ritmos tropicalizados não sejam, em vários sentidos, muito mais “interessantes”, porque frutos desse processo “buliçoso” e inquieto de apropriação, do que uma sonata de Beethoven. Trata-se de perceber que os grossos e eruditos volumes germânicos sobre a moeda, por exemplo, com suas doudas revisões da literatura e extensas notas de rodapé redigidas em letras góticas, deviam soar monocórdicos diante da loquacidade com que eram invocados para defender certos pontos de vista no Brasil. A história que se conta aqui é sobre essa tensão entre um tipo de abordagem em economia, produzido para ouvidos germânicos, e suas reverberações no Brasil.

Antes de mais nada, deve-se ao leitor algumas palavras sobre o título que, intencionalmente, carrega signos gráficos de estranhamento, como o *Umlaut* (trema, como em ö) e o “k”, bastante frequentes em alemão. Mas a escolha pelo termo *Nationalökonomie* também não foi a mais germânica possível, pois seu

correlato com radicais alemães – *Volkswirtschaftslehre*¹ – é ainda mais distante de nosso universo lexical. O primeiro termo já é, em si, um fruto da disseminação internacional de ideias, pois é uma germanização dos vocábulos “economia” e “nação”, de raízes greco-latinas. Para além de sinalizar esse estranhamento envolvido na apropriação de ideias alemãs no Brasil, o título cumpre uma outra função, mais relacionada com o conteúdo do trabalho. O par conceitual *Nationalökonomie-Volkswirtschaft* de alguma maneira sintetiza o tipo de pensamento econômico cuja difusão é tematizada neste trabalho.

No início do século XIX formou-se uma linhagem de pensamento econômico singular na Europa de língua alemã, herdeira do cameralismo setecentista e também influenciada pelo estudo da “riqueza das nações” por Adam Smith, que se tornou conhecida como *Nationalökonomie*. Era um discurso econômico que reconhecia a existência do indivíduo e pensava-o como ente distinto do Estado, numa perspectiva que já dava conta da existência de uma sociedade civil em vias de autonomização. Porém, era um pensamento produzido para uma audiência de administradores públicos, portanto bastante voltado para questões da esfera ampla da “política econômica” e para preocupações ligadas ao ordenamento da esfera pública. Isso tornava esse tipo de conhecimento econômico mais flexível, mais aberto, por exemplo, à relativização de certos princípios “teóricos”. Nesse sentido, a *Nationalökonomie* foi sobretudo uma forma de organização do conhecimento em economia, expressa em livros-texto lidos em boa parte do mundo ocidental, incluso o Brasil, até o início do século XX. A *Nationalökonomie* não tinha uma agenda necessariamente anti-clássica, mas a partir dela puderam surgir movimentos críticos à economia política clássica, de diferentes orientações metodológicas, como o historicismo e a escola germânica do valor subjetivo, também chamada de “proto-marginalismo”.

Se nesse início de século XIX a *Nationalökonomie* não foi necessariamente comprometida com o nacionalismo, esse mesmo termo foi preenchido de uma conotação propriamente nacional com a obra de Friedrich List, que buscou restituir à nação uma centralidade na forma de pensar a ciência econômica e, sobretudo, de formular a política econômica. Em finais do século, no contexto da unificação alemã, a jovem escola histórica e o socialismo de Estado também dotariam essa ideia de significados propriamente nacionalistas, utilizando-se sobretudo da forma germânica *Volkswirtschaft(lehre)*, que poderia ser traduzida, nesse contexto específico, não como economia, ou economia política, mas efetivamente como “economia nacional”. Em conjuntura a ser examinada adiante, Rui Barbosa optou pela curiosa tradução de “economia social” para essa designação. A conotação nacionalista original se prestou à assimilação brasileira, por exemplo, para defender a “economia nacional” de interesses estrangeiros ligados ao livre-cambismo. No pós-Segunda Guerra Mundial, esse sentido nacionalista,

¹ Literalmente: ciência (*Lehre*), da economia (*Wirtschaft*) do povo, nação (*Volk*).

ligado à abordagem organicista popular no século XIX, perderia força e, hoje, o par conceitual *Nationalökonomie-Volkswirtschaftlehre* é utilizado em alemão para designar simplesmente a “ciência econômica”. Em poucas palavras, pode-se dizer que o tema deste trabalho é a disseminação, no Brasil, dessa *Nationalökonomie* que comportou diversos significados e conteúdos, entre o final do século XIX e o início do XX.

A respeito da periodização, convém começar pelo fim. Com a derrota alemã na Segunda Guerra, as possibilidades de um discurso econômico que se identificasse como especificamente alemão eram inexistentes. No pós-Guerra, a ciência econômica sofreu um intenso processo de “americanização” que se refletiu, inclusive, na própria maneira de se narrar a história da disciplina: o prestígio internacional, no final do século XIX, de *scholars* de perfil mais nacionalista como, por exemplo, Adolph Wagner e Gustav Schmoller contrasta com sua quase ausência da narrativa padrão sobre a história do pensamento econômico veiculada hoje. Não por acaso, a perspectiva “escolhida” para orientar esta história é a teoria do valor, campo que, de fato, não foi aquele no qual os intelectuais alemães oitocentistas mais se destacaram. Seria difícil, contudo, contar a mesma “HPE” baseada no eixo “Smith-Ricardo-Marx-Keynes” se o eixo condutor fosse “economia do setor público” ou “o lugar da empiria”. O ponto de chegada do livro, portanto, é o momento em que já estava em curso o processo de emigração de economistas alemães em decorrência do nazismo, contribuindo para que os Estados Unidos se confirmassem como centro irradiador da ciência econômica nas décadas subsequentes.

Quanto ao ponto de partida – a proclamação da República e a gestão de Rui Barbosa à frente da Fazenda –, a justificativa principal é a importância da obra do próprio Rui e de sua biblioteca, rica em volumes germânicos. Não se encontraram em manuais de economia política produzidos no século XIX, por exemplo nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, indícios fortes de apropriações germânicas – com exceção talvez da obra de Clovis Bevilacqua, já na virada do século. Vale lembrar que a Faculdade do Recife foi um centro de disseminação de ideias jurídicas de origem alemã, motivo pelo qual parece haver potencial para traçar caminhos de difusão de ideias econômicas alemãs nesse contexto institucional. Isso demandaria, no entanto, um estudo da história do direito que foge ao escopo deste livro. Na Coleção Tobias Barreto, hoje abrigada na Universidade Federal de Pernambuco, não foi possível encontrar obras de economistas alemães oitocentistas, como foi viável consultar, por exemplo, na Biblioteca de Rui Barbosa e na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Assim, o ponto de partida também reflete o recorte do livro, centrado em apropriações brasileiras de um pensamento reconhecido como, nos termos da época, econômico. Também faz parte desse recorte a escolha de “indivíduos brasileiros” como unidades de análise do processo de apropriação: é possível que outros estudos cheguem a constatações enriquecedoras a respeito da difusão